

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISÓSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTÔNIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — Wilson Fortes.

1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.

2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).

1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.

2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.

3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).

4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Realizada em 31 de Março de 1972 - (6.ª-Feira)

Presidência do sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

As 10,30 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: — Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Quielse Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Aguinaldo Pereira Lima; Álvaro Dias; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Arizone Araújo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basilio Zanusso; Borsari Neto; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacli; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; Igo Lossó; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomel; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk; Maurício Fruet; Muggiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues Júnior; Santos Lima; Wilson Brandão; Xenofonte Villanueva; inúmeras autoridades civis, militares, eclesiásticas e demais pessoal presente no Plenário.

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO DE INSTALAÇÃO, da 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE — Para acompanhar até o recinto do Plenário Sua Excelência o representante do sr. Governador do Estado Dr. Mário Faraco, Digníssimo Secretário do Interior e Justiça, designo uma Comissão integrada pelos srs. Deputados Antonio Franco Ferreira da Costa, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Agnaldo Pereira Lima, Maurício Fruet e Basilio Zanusso.

(O Dr. Mário Faraco, representante do Sr. Governador do Estado, toma assento à Mesa, junto à Comissão Executiva).

O SR. PRESIDENTE — Em cumprimento ao que dispõe o Art. 15, da Constituição do Estado, combinado com o contido no Parágrafo Único, do Art. 12 do Regimento Interno reúne-se esta Casa para tomar conhecimento da Mensagem Governamental sobre a situação do Estado bem como das solicitações consequentes e também para instalar a segunda Sessão Legislativa da sétima Legislatura.

Este acontecimento aparentemente rotineiro na vida político-administrativa do Estado, nesta oportunidade reveste-se de uma significação transcendental pela feliz coincidência com a comemoração do oitavo aniversário da Revolução de 1964, que sensibiliza toda a Nação Brasileira.

Nós nos associamos integralmente à alegria cívica que caracteriza a comemoração desse marco irreversível da História Política Brasileira porque nos sentimos sintonizados com o espírito de trabalho construtivo de ordem tranquila, de promoção dos valores humanos que a Revolução imprimiu definitivamente em nossa Pátria.

Não se podia pretender, por ma's ambiciosa que fosse a imaginação, atmcnsara mais favorável para os festejos comemorativos do csesquicentário de nossa Independência Política, proclamada a 7 de setembro de 1822.

Vibra pelo território nacional um sentimento comunitário, de sadio nacionalismo, de otimismo e confiança nas possibilidades de nossa gente em relação ao nosso futuro de povo livre e independente entre os demais reforçado agora pela festa nacional da independência, porém sempre alicerçado nos ideais agasalhados pela Revolução de 1964.

Este Poder, fiel à sua vocação democrática e aos princípios revolucionários, haverá de pautar seus trabalhos na linha de respeito institucional em que sempre se comportou; por isso que defenderá, por outro turno, todas as suas prerrogativas e atribuições na esfera da competência que a Magna Carta demarcou.

Julgo oportuno reafirmar neste momento tudo quanto declarei por ocasião da inauguração da Legislatura em curso, para conferir maior força a essa inabalável posição.

Como agora, assegurei então que o Poder Legislativo havia de se empenhar positivamente, tomando iniciativas, e não impelido por acontecimentos gerados no processo de desenvolvimento economico-social, do qual esteja marginalizado.

Enfatizei, também a necessidade da reformulação do Poder Legislativo em termos de compatibilidade funcional com o esquema constitucional vigente, de modernização dos instrumentos de concretizar na forma adequada os reclamos e anseios da população paranaense, a fim de conferir ao Poder o dinamismo disciplinado e racional que os tempos atuais exigem.

Senhores!

Com tais convicções e propósitos, tenho a honra de declarar instalada a 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura.

Em seguida, tenho a honra de conceder a palavra ao representante do sr. Governador do Estado, Dr. Mário Faraco, DD. Secretário do Interior e Justiça para que Sua Excelência, em atenção ao mandamento constitucional, leia a Mensagem em que dá conta da situação do Estado e solicita as medidas que julga necessárias.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Dr. Mário Faraco.

O SR. MARIO FARACO — Exmo. Sr. Wilson Fortes, Digníssimo Presidente deste Poder, Exmo. Sr. Cel. Ayrton Pereira Tourinho, Digníssimo Comandante da 5.ª Região Militar; S. Exa. Reverendíssima Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Pedro Fedalto; Exmo. Sr. Jaime Lerner, Digníssimo Prefeito de Curitiba; demais autoridades civis e militares aqui presentes; meus Senhores e minhas Senhoras.

Inicialmente devo declarar a esta Casa de Lei que S. Exa., o Sr. Governador do Estado, não por desatenção aos ilustres integrantes deste Poder, deixa de comparecer, pessoalmente, como era de seu desejo e dando cumprimento às prerrogativas constitucionais, fazer entrega de sua Mensagem.

Acontece, porém, que seu estado de saúde estava a exigir de há muito uma operação cirúrgica; daí porque aproveitando os dias santificados desta semana, resolveu Sua Excelência, por insistência de seus médicos assistentes, submeter-se àquele tratamento cirúrgico.

Incumbiu-me no entanto que fizesse em seu nome, pedindo venia a Vs. Exas., como seu representante, a leitura da Mensagem na parte de sua introdução. (Lendo):

“Senhores Deputados.

Não apenas em obediência a preceito constitucional, mas também pelo respeito que essa Casa merece, por congregar a legítima representação popular, vimos reafirmar a Vossa Excelência, ao lado do relatório das atividades governamentais referentes ao último exercício, as perspectivas que se abrem ao Paraná — por exigências de seu povo e decisão do Governo do Estado.

O Poder Legislativo acompanhou — e foi mesmo palco da maioria deles — os sucessos políticos que se desenrolaram, em vários atos, no ano de 1971.

A uma sucessão normal que — por sua natureza e pelas implicações de qualquer alteração fundamental na cúpula do Governo — já provocara um novo compasso em grande parte dos setores em que se divide a administração pública estadual sobreveio outra sucessão, decorrente da renúncia do Governador que se empossara em 15 de março, sucessão que, para honra nossa, em fins de novembro de 1971, nos elevou à Chefia do Governo do Estado do Paraná.

Poucos meses se passaram.

Não nos seria possível apresentar, como obra nossa, dados e números que só por si, justificassem nossa presença, hoje neste Plenário.

O relatório que apresentamos, em apêndice desta mensagem se refere em sua maior parte, a um período em que não estávamos à frente do Governo. Houve, nos últimos meses, uma reestruturação completa do quadro governamental. Praticamente se inicia uma nova administração.

E a nova administração, se assume imbuída dos melhores propósitos, disposta a lutar e a vencer obstáculos a dedicar-se por inteiro, à causa pública, a trabalhar e a realizar pelo Paraná, seria isenta se proclamasse como excelentes as condições administrativas e financeiras que encontrou no Estado.

As obras — e Vossas Excelências poderão verificar — não tiveram o andamento desejado, compatível com as necessidades do Estado, como decorrencia mesmo da execução orçamentária que, se apresentou um superávit na relação receita/despesa efetivamente realizadas, devido a operação de Crédito firmadas, ficou ainda longe da receita tributária prevista, com um déficit real de 14,30% limitando o ritmo de realizações e diferindo para outros exercícios o pagamento dos saldos de dívidas anteriormente contraídas e já vencidas, num total de aproximadamente de Cr\$ 260.000.000,00.

Em vários setores, ainda, destacando-se a Estrada de Ferro Central do Paraná e as obras de telecomunicações os contratos de empréstimos não vencidos e projetam para o corrente e os vindouros exercícios.

Este fato, normal na administração pública, que vem como legítima a busca de recursos externos e extra-orçamentários, deve ser lembrado para que não se pretenda destinar com excessivo otimismo os recursos providos da arrecadação tributária, grande parte deles efetiva e antecipadamente comprometidos.

No setor financeiro, vale ressaltar e com justo destaque, a posição reconquistada pelo Banco do Estado do Paraná. Nosso estabelecimento oficial de Crédito, pela intensa e correta atividade desenvolvida, ocupa hoje posição invejável no Quadro das instituições financeiras do país e, embora pudessemos atualizar os números somando-lhes os do primeiro trimestre de 1.972, que também apresentou resultados excelentes, limitando-nos a mencionar os dados referentes ao exercício de 1.971. Nesse ano, o Banco do Estado do Paraná alcançou um volume de depósitos da ordem de 475 milhões de cruzeiros, dos quais 196 milhões correspondentes a depósitos dos Poderes Públicos de recursos, o financiamento do café, as operações de câmbio, estas 519 milhões de cruzeiros, o que significa um acréscimo de 69% sobre 1.970.

Assim também, em proporções aproximadas foi o movimento de aplicações de recursos, o financiamento do café, as operações de câmbio, estas últimas carreado recursos externos para o capital fixo e de giro das empresas sediadas no Paraná e reforçando, com isso, o setor privado de nossa economia.

Ainda agora, seguindo a orientação da política financeira traçada pelo Governo Federal, sob a liderança do Banco do Estado do Paraná, acaba de formar-se o conglomerado BANEESTADO, somando ao próprio Banco as antigas CODEPAR — Crédito, Financiamento e Investimentos, CREDIMPAR — Companhia de Crédito Imobiliário do Paraná e Corretora do Paraná que sob a denominação respectivamente de BANEESTADO — Crédito, Financiamento e Investimentos, BANEESTADO — Crédito Imobiliário e BANEESTADO — Corretora de Valores e Títulos Mobiliários, passarão a atuar com mais vigor e presença no mercado financeiro do país, contribuindo todas como o Banco que as lidera, para o fortalecimento da economia paranaense.

Especialmente quanto às obras realizadas, é justo que se destaque a continuidade da ação da COPEL, no setor de energia elétrica, e do sistema rodoviário, no setor de transportes.

Os trabalhos desenvolvidos pela COPEL cujos detalhes Vossas Excelências encontrarão no anexo, abrangendo a construção de linhas de transmissão, de subestações e redes de distribuição, exigiram em 1.971 a aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 122.000.000,00 representados por desembolsos em investimentos sem considerar-se nesse total os investimentos efetuados na Usina Hidrelétrica Capivari-Cachoeira, inaugurada no início de 1.971, com o prestigioso honroso do Presidente Emilio Garrastazu Médici.

Vale acrescentar que se verificou ainda, por parte da COPEL, um desembolso da ordem de Cr\$ 75.000.000,00, referentes a amortização de empréstimos e financiamentos e pagamento de juros e outros encargos.

Esta ação foi complementada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica, que dinamizou os setores básicos de eletrificação rural e assistência técnica às Prefeituras Municipais e concessionárias.

No setor de transportes, as obras de implantação básica no exercício de 1971, alcançaram 2.209 mil m³ de terras escavadas beneficiando os trechos de Marmeleiro-Barracão, Acessos Rolândia-Londrina-Cambé, Iporã-Francisópolis, Curitiba-Colombo, Jacarezinho-Cambará, Marmeleiro-Pato Branco e Campo Mourão-Pitanga e obras de pavimentação tem seus serviços em andamento nos trechos Mauá-Londrina, Warta-Porto Charles Nauffal, Palmeira-Itati, Telemaco Borba, Maringá-Guaíra, Warta-Londrina. Contorno de Apucarana, Assaí-Jataizinho, Jacarezinho-Santo Antonio da Platina, Curitiba-Colombo e São Mateus-União da Vitória, sendo que esta última recentemente inaugurada, observou recursos totais do Governo Federal com financiamento do Banco Mundial — BIRD e fiscalização do D.E.R.

O investimento total, no setor, atingiu a Cr\$ 97.000.000,00 aproximadamente.

Ainda no referente a transportes, merece destaque a Estrada de Ferro Central do Paraná que, paralizada por longo tempo, somente agora, superadas as dificuldades encontradas no exercício, teve suas obras reiniciadas com previsão de conclusão para fins de 1.973, sendo seus recursos principais advindos de financiamento externo, aprovado pelo Senado da República na valor de 40 milhões de dólares, mediante Convenio de indenização celebrado com a União.

O Sistema Estadual de Telecomunicações, por sua vez, que vem sendo implantado em fases distintas, desde 1.967, apresentou considerável avanço, principalmente quanto ao seu sistema básico. A TELEPAR promoveu ainda a extensão do sistema de Discagem Direta à Distância a diversos municípios do Paraná acrescentando-se àqueles já beneficiados, os de Maringá, Arapongas e, mais recentemente Jacarezinho e Paranavai.

Os investimentos desse setor foram mais destacados as obras de Rota Oeste e da Rota Noroeste, somando mais de Cr\$ 30 milhões.

Vale salientar — e esta Casa tem conhecimento — que no setor de telecomunicações são consideráveis as pendências de ordem financeira, estando o Governo do Estado empenhado, junto aos órgãos do Governo Federal, visando à normalização da indesejável situação.

Nas tarefas governamentais de promoção do homem, que visam especificamente ao desenvolvimento social e à conquista do bem-estar. O Governo empenhou-se no exercício anterior, e tem agora redobrados os seus esforços, nas obras de saneamento, que estão em execução em todas as regiões do Paraná.

Também a política habitacional mereceu e está merecendo atenções, incluindo-se a antiga CREDIMPAR, hoje BANEESTADO — Companhia de Crédito Imobiliário, entre os agentes do Banco Nacional de Habitação. A COHAPAR, por sua vez, continuou seu programa de recuperação, prevendo-se resultados em seu trabalho.

Na assistência social, as atividades governamentais se concentraram principalmente no que se refere ao amparo e à orientação ao trabalhador e à assistência ao menor, atendendo ainda, sempre que possível à problemática

da velhice, da mendicância e da colocação da mão de obra provinda das regiões rurais. Nesse sentido, e visando a concentração de recursos e o melhor aproveitamento de entidades assistenciais antes dispersas criou-se a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais — FIDES, já em funcionamento.

O Instituto de Previdência do Estado — IPE, de sua parte desenvolveu suas atividades de assistência ao Funcionário Público aplicando recursos da ordem de Cr\$ 35.000.000,00.

Os Setores de segurança pública, de terras e colonização, de assistência aos municípios exerceram suas missões específicas, sendo de destacar-se, visando ao aprimoramento dos serviços prestados, a criação do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil — FUNRESPOL e do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN, bem como da Fundação de Assistência aos Municípios — FAMEPAR, que foi instalada recentemente em substituição ao DATM.

Em edificações, dentro da limitação dos recursos financeiros, o Estado firmou contratos e convenios em valor superior a Cr\$ 30.000.000,00, merecendo menção especial o prosseguimento das obras de construção dos Institutos de Educação de Curitiba, Ponta Grossa e Maringá, e a continuidade da construção de quase 300 salas de aula, com o incentivo, apenas nesse último setor, de aproximadamente Cr\$ 8.000.000,00. Merecem destaque ainda as obras de construção das sedes da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, recentemente inaugurada, na Imprensa Oficial do Estado e do Tribunal de Contas.

A educação e a cultura, por sua vez, como setores básicos para o desenvolvimento do Estado, estão merecendo atenções correspondentes à seriedade com que o Governo as encara. O ano de 1.971 marcou as providências iniciais para a adequação da rede estadual de ensino às novas normas e diretrizes legais estabelecidas pelo Governo da União para a educação nacional.

A rede oficial de estabelecimentos escolares, teve matriculados em 1.971, no primeiro ciclo 534.342 alunos no ensino médio 239.865 alunos, além de 8.880 nos Cursos Superiores ministrados pelas três Universidades Estaduais e pelos estabelecimentos isolados de ensino superior, número que bem demonstram os cuidados que devem ser dispensados ao setor educacional, principalmente diante da expansão demográfica do Estado e da vasta parcela de população em idade escolar que, ano a ano, em proporções cada vez maiores, procura os estabelecimentos sociais.

A saúde pública, por constituir-se o Paraná numa unidade com características especiais, também decorrentes da elevada taxa de aumento populacional, convoca sempre as maiores atenções e os esforços do Poder Público. Isto exige a formação de pessoal técnico — superior e auxiliar — a ampliação e a eficiência da rede hospitalar, a proteção especial à maternidade e à infância, a prevenção e o combate às endemias.

E foi para esses objetivos que se orientaram as preocupações dos organismos estaduais de saúde pública, procurando-se, principalmente, ampliar e aparelhar a rede hospitalar, visando a dotá-la de mais leitos e pessoal capacitado.

O ano de 1.971, correspondente ao exercício aqui relatado, foi sob diversos aspectos, um ano singular, principalmente porque no seu decorrer, foram três os governos em exercício no Estado. Esta situação haveria de criar inelutavelmente, desencontros de prioridades e metas na atividade governamental e, se no setor administrativo especificamente dedicado à realização de obras, o Poder Executivo pode apresentar um saldo positivo o mesmo não deve ser dito quanto ao setor de serviços incluindo a organização burocrática-Administrativa do Estado, que permaneceu desapercebida, marginalizada mesmo, com o funcionalismo desorganizado e sem receber as atenções que lhe são devidas, bem como, com os próprios públicos e os equipamentos sem a necessária manutenção.

Este fato, que ainda perdura, merece ser salientado, como também as tentativas para sua superação, principalmente nos setores fazendários e de segurança, com a criação respectivamente do PROFAP, visando aperfeiçoar os sistemas de arrecadação e fiscalização e dos Fundos de Reequipamento da Polícia Civil e do DETRAN.

Apesar, porém, da atividade reduzida no setor de serviços, acrescida de notórias dificuldades políticas, é preciso que se diga que a economia do Estado cresceu razoavelmente. A excelente safra de café que se iniciou em julho de 1.971, somaram-se outras safras que colocaram o Paraná em posição de destaque na produção nacional, principalmente de soja, arroz e trigo e, em segundo plano, milho, feijão e algodão cabendo referência, ainda, à pecuária que em evolução constante, já marca sua influência na economia estadual.

Estado primordialmente agrícola, e que merece por isso, a preocupação maior do Poder Público no amparo ao setor primário de sua economia, baseado em grande parte na procuração cafeeira — que se ve ameaçada agora pela ferrugem que atinge suas lavouras — o Paraná está voltado também para os incentivos à industrialização: Esta tem sido a tônica da atuação do Banco de Desenvolvimento do Paraná que, embora seus esforços, não conseguiu vencer ainda a tendência histórica que continua a caracterizar a atividade industrial paranaense com empresas de pequeno e médio porte.

A iniciativa privada, co-responsável na realização do desenvolvimento econômico e social, que tem sido por nós convocada à participação e à soma, tem tido e terá no Governo do Estado um aliado permanente para a sua expansão.

Esta, Senhores Deputados, a realidade paranaense, realidade que nos estimula ao trabalho, que exige muito de todos nós e que com vistas ao futuro, se apresenta promissora, com o povo e o Governo trabalhando unidos com o Paraná, por sua terra e sua gente, oferecendo-se inteiro e solidário às tarefas que visam ao interesse público e ao bem da coletividade com a produção crescendo, com a receita tributária comportando-se conforme as previsões, com o Governo ciente e consciente de suas responsabilidades.

Já lembramos que o nosso Estado em 1.971, teve três governos à sua frente. Vale repeti-lo para salientarmos — e esta é uma grande oportunidade para que o façamos — que, apesar da aparente descontinuidade que essa fato provocaria, sobrepujou a tudo a continuidade imposta pela atual estrutura política brasileira, que evita extremações, que sabe corrigir equívocos, que aponta soluções racionais para os problemas surgidos e que, por tudo isso, permite ao Estado manter-se sempre, como ocorreu no Paraná, em sua tranquilidade social e econômica.

Desde nossa posse no Governo do Estado, temos reiterado o propósito de mantermos a atividade governamental em termos de absoluto entrosamento com os órgãos da União. Os primeiros frutos desse comportamento estão sendo colhidos, sob o testemunho de todo o Paraná, nas sucessivas vi-

sitas ministeriais com que temos sido honrados. Cabe-nos realizar aqui, em prisma regional, as grandes metas nacionais. E é visando a esse objetivo que, com técnicos selecionados, se elabora atualmente um plano de ação governamental que, partindo de um completo diagnóstico do Estado e com base sólida na realidade, permita no próximo triênio, a realização de uma obra global que atenda às necessidades estaduais e às exigências do desenvolvimento econômico e do progresso social. Nos primeiros meses de nossa gestão, colocamos em funcionamento a Comissão de Coordenação desse plano cujo, documento preliminar, em suas normas gerais pretendemos concluir divulgar no decorrer do próximo mês de abril.

O sucesso de nossa ação, com base nesse documento, na filosofia revolucionária que adotamos e nos propósitos comuns que une os governantes do Paraná, aos do país, sob a liderança serena e firme do Presidente Emílio Garrastazu Médici, fica na dependência do apoio e da união das diferentes esferas do Poder Público estadual, responsáveis, tanto quanto nós, pelos resultados dos esforços e do trabalho a que nos propuzemos.

Creiam Vossas Excelências, Senhores Deputados, na firmeza dos propósitos que temos manifestado e que tem sido mantidos e consolidados na prática. As nossas missões são solidárias. Executivo, Legislativo e Judiciário se completam no quadro da vida institucional do Estado.

Todas as Constituições do Brasil democrática e, como decorrência delas, as Constituições estaduais, entre elas a do Paraná, cuja reforma e adaptação, em plena vigência, foi o fato mais importante no campo institucional no exercício de 1971, consagram a independência, a harmonia dos Poderes.

São princípios fundamentais inerentes ao regime à vocação democrática e aos seus sentimentos mais legítimos que conformam a índole de nosso povo.

Temos conseguido manter, cada um no exercício de atribuições específicas — emanadas da mesma Constituição que afirma e determina a independência e a harmonia dos Poderes — o clima de ordem e de tranquilidade, de otimismo e de trabalho que o Paraná exige.

Não nos desviaremos dessa linha. Haveremos de percorrer sempre esses caminhos, porque será através deles, em passos cada vez mais largos, que atingiremos, no Paraná, as metas ideais do desenvolvimento econômico do progresso social, da realização da justiça, da consolidação democrática e em consequência, do bem estar da coletividade, que são as metas da Revolução e os objetivos permanentes da nação brasileira.

Curitiba, 31 de março de 1972.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Paraná"

O SR. PRESIDENTE — A Mesa da Assembléia Legislativa após o encerramento, deseja externar a sua profunda gratidão às ilustres autoridades civis, militares e eclesiásticas, bem como às demais pessoas que, com sua presença honrosa, muito contribuíram para o brilhantismo desta solenidade que agora se finda.

Solicita à Comissão anteriormente designada, que acompanhe S. Exa. o representante do Sr. Governador do Estado.

Levanta-se a Sessão.